

SEÇÃO - ARQUIVO NA SALA DE AULA

Proposta Pedagógica 1

Autor: Gabrielle Thuanny

Estudante de graduação em licenciatura de História na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), FAFICH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas).

Nível de ensino: Ensino Médio - 1º ano

Tema: Ocupação do mercado de trabalho e a violência contra mulheres

Disciplina: História/Sociologia

Interdisciplinaridade: História, Sociologia e Filosofia.

Transversalidade: Direito Jurídico, História do Direito, Ética e moral, Direitos individuais, Relações de Gênero, Feminismo.

Documento 1

Título: Dossiê da comissão parlamentar de inquérito para apurar casos de violência contra mulher (CPI violência contra as mulheres de Belo Horizonte)

Gênero:

Textual: Folha avulsa, jornal

Instituição de guarda:

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – Fundação Municipal de Cultura

Notação dos documentos: APCBH - DR.00.00.00

CPI apura violência sexual de PMs

Novas denúncias de violência e assédio sexual na Polícia Militar foram feitas ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal de Belo Horizonte, que apura os crimes contra a mulher na Capital. Prestaram depoimento na CPI a ex-tenente sargento PM Vilma Maria dos Santos, 27 anos, casada, que denunciou o assédio sexual sofrido pelas PMs femininas na corporação. Em seguida foi a vez dos vereadores ouvirem a dona de casa Cleusa Maria dos Santos, 35 anos, que confessou ter sido submetida a violência sexual por mais de 15 PMs, quando foi presa em março deste ano no posto policial do Bairro Morro Alto.

As denúncias aconteceram na reunião da tarde da CPI. Durante a manhã de ontem os membros Comissão esperaram, em vão, pelo coronel PM reformado Felisberto Egg de Rezende, que não apareceu para depor. Alegando motivos pessoais, que o teriam feito viajar para a terra de sua família, Lagoa Dourada, Campo das Verentes, o coronel reformado informou, através de uma carta à presidente da CPI, vereadora Neusinha Santos (PT), que não poderia comparecer para prestar depoimento.

Na carta, o coronel Egg confirmou que enviou ao comandante geral da Polícia Militar, coronel PM José Eustáquio Natal, um documento pessoal em que acusa vários oficiais e praças da corporação, de crimes diversos, que vão, desde abuso de autoridade a outros crimes comuns, previstos no Código Penal. Foi o coronel Egg o responsável pela defesa inicial das ex-PMs Vera Lúcia e Silvana e Adriana Ribeiro de Lima, expulsas em março da corporação, sob acusação da prática de prostituição.

Ainda na carta do coronel Egg à presidente da CPI da Câmara, há a informação de que, por ordem do procurador da Justiça Militar foi determinado ao Comando da Corporação rigoroso Inquérito Policial Militar (IPM), contra os oficiais e praças que abusaram de seu poder. A vereadora petista Neusinha Santos adiantou que através da CPI da Mulher irá pedir para acompanhar o desenvolvimento desse IPM na Polícia Militar. Além disso ela irá, através do Ministério Público, denunciar a violência sexual sofrida por Cleusa Maria dos Santos no posto policial do bairro Morro Alto.

Ao final de sua carta o coronel PM reformado Felisberto Egg pede dispensa do depoimento na CPI. Neusinha Santos disse que não irá atender a esse pedido de dispensa do coronel PM e adiantou ainda que a CPI poderá convocar o comandante da Polícia Militar para também depor perante a Comissão. Essa seria, segundo a vereadora, a oportunidade para a PM esclarecer e explicar as denúncias que têm chegado à comissão contra a corporação militar.

Combatendo o "poder machista"

Cleusa Maria acusa 15 PMs de submetê-la a constrangimentos sexuais

A vereadora Neusinha Santos ouviu a ex-PM Vilma Maria e Cleusa Maria



Documento 1: DR.01.02.04-0226, Jornal Hoje em Dia 12/05/1992, p. 340

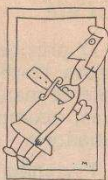
Empresas acusadas por discriminarem mulheres

Duas sindicalistas prestaram depoimento ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal que apura denúncias de violência e abuso contra as mulheres. As vereadoras petistas Neusinha Santos e Helena Greco, respectivamente presidente e membro da CPI da Mulher, tomaram os depoimentos das sindicalistas, que descreveram as situações de discriminação por que passam as mulheres, que têm medo de denunciar a violência que sofrem temendo perder o emprego.

A presidente da CUT da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Carmem Lúcio Bomtempo, apresentou vários casos de arbitrariedades

das praticadas contra as mulheres. Ela denunciou que diariamente várias mulheres procuram o posto do Inamps para conseguir um comprovante de ligadura de trompas, exigido principalmente pelas empresas que contratam faxineiras.

Segundo a sindicalista, certas empresas chegam a proibirem as operárias de darem descarga no vaso sanitário para se certificarem se elas menstruaram. Além disso, Carmem Lúcio não deixou de citar a discriminação que sofrem as mulheres, principalmente as funcionárias públicas do Inamps, que são cerceadas pela direção de ocuparem cargos de chefia ou funções que têm de lidar com o público masculino. Ela denunciou ainda a violência da polícia contra as mulheres trabalhadoras e a discriminação na esfera sindical. "Para ser uma líder sindical é preciso ser duas vezes mais competente que um homem."



MAURÍCIO DE SOUZA



Carmem Lúcio denunciou as empresas que exigem a ligadura de trompa

CPI vai intimidar os diretores

A funcionária do Banco Mercantil do Brasil e diretora do Sindicato dos Bancários de Minas Gerais, Conceição de Oliveira Andrade, denunciou a discriminação por parte dos bancos privados que impedem as mulheres de ocuparem cargo de chefia e demitem mulheres casadas, mães e noivas do quadro pessoal. A situação, segundo ela, é difícil de ser resolvida já que a direção dos bancos se nega a falar sobre o assunto com o sindicato ou simplesmente justificam que as mulheres foram demitidas por incompetência.

A bancária destacou os dois bancos mineiros Progresso e Mercantil como os que mais praticam violência contra a mulher. Ela revelou que se as funcioná-

rias destes bancos se casam e ou têm filho são demitidas logo depois da gestação. Estas arbitrariedades, segundo a diretora do sindicato, levam as funcionárias a se casarem escondido ou terem de camuflar a maternidade. Segundo ela, uma escriturária do banco Mercantil estava com o casamento marcado quando a direção a informou que seria demitida caso isso acontecesse. Mesmo assim, a funcionária acasalou-se. Só que tudo aconteceu no religioso, escondido e nas férias para que a direção não tomasse conhecimento. Após ouvir o depoimento da bancária, a presidente da Comissão CPI da Mulher disse que os diretores do Banco Mercantil e Progresso serão intimados a depor na Câmara Municipal.

CPI quer apurar causas de violência física e discriminação contra a mulher

Num clima menos de lauração que de apreensão, foi comemorado dia 8 o Dia Internacional da Mulher. É que os avanços conquistados a duras penas nas últimas décadas não foram suficientes para impedir que a mulher continue sendo vítima de violência, inclusive dentro de sua própria casa.

Acontecimentos trágicos, como o assassinato de mais de uma dezena de mulheres e maridos, ex e companheiros em Belo Horizonte durante o mês de fevereiro e as denúncias de prostituição infantil na Amazônia definiram a ação de duas deputadas e uma vereadora petistas, que entraram com um pedido de instalação de uma CPI nas casas onde atuam (Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Câmara Federal), para apurar as causas da violência, suas diversas manifestações e as penalidades que vêm sendo (ou não) impostas aos que cometem este tipo de crime.

Na Assembleia Legislativa, a deputada Maria José Hausen encontrou dificuldades e ainda não conseguiu a aprovação dos seus pares para a formação da CPI. E quando tentou marcar um debate com a presença de representantes de entidades de defesa dos direitos da mulher teve que recuar as datas colocadas à sua disposição, visto que sabido que às segundas e sextas-feiras o plenário fica praticamente vazio.

Na Câmara Federal, a deputada Sandra Starling conseguiu aprovação para o seu pedido, votado em regime de urgência urgentíssima. E apoiada pelos líderes de todos os partidos e pelo presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, aguarda a indicação dos nomes dos representantes da comissão que, depois de formada, escolherá o presidente e o relator.

No próximo dia 31 haverá em Brasília uma reunião da deputada petista com representantes de movimentos feministas para debater esta questão que, afinal, atinge o país inteiro. Na pauta, os seguintes temas: a escravidão e prostituição infantil na Amazônia; a violência no trabalho e no campo e

a violência doméstica, que servirá de eixos para a condução da CPI.

Os trabalhos na Câmara Municipal de Belo Horizonte já começaram. Em recente reunião, que contou com a presença da presidente da CPI, vereadora Neusinha Santos, do relator Antonio Pinheiro (PSDB) e dos vereadores Helena Greco (PT), Sérgio Miranda (PC do B) e João Batista Oliveira (PMDB), foram discutidos os caminhos que a CPI deverá trilhar em sua investigação. Segundo a vereadora, é importante descobrir que tratamento o Executivo vem dando à questão da violência contra a mulher e que espécie de apoio técnico o material oferece às vítimas que fazem este tipo de denúncia. Outra questão diz respeito ao Judiciário: "Este tipo de crime é apurado? Enaguetado? De quanto tempo é a pena? Onde estão estes presos? Enfim, como a justiça da capital mineira trata os assassinos e a violência contra a mulher?", quer saber a presidente da comissão.

Outro aspecto abordado foi o da discriminação sofrida pela mulher no trabalho. E a vereadora lembrou ainda que após a investigação feita pela CPI poderia ser proposta ao Executivo uma política emergencial a médio prazo que visasse o combate à violência contra a mulher.

No final, ficou decidido que seriam convidados para um debate a ser realizado nos próximos dias o Conselho dos Direitos da Mulher, a titular da Delegacia de Mulheres, Elaine Matosinhos e grupos de universidades e do movimento sindical.

Em Nova Lima não há Delegacia de Mulheres, mas o tenente Naguchi, comandante da Polícia Militar, forneceu à Folha os índices da violência cometida contra as mulheres nestes três primeiros meses do ano. Foram 80 as ocorrências, compreendendo um adulto (a mulher flagrou o marido com outra em sua própria cama), 21 atos de violência cometidos contra mulheres solteiras; 29 contra casadas; 13 pelos companheiros; 8 contra adolescentes, cometidos pelos pais; e 2 estupros.



Deputada Sandra Starling (PT): Urgência Urgentíssima



Vereadora Neusinha Santos (PT / BH) e os caminhos da CPI

Documento 2: DR.01.02.04-0225, Folha de Nova Lima, março de 1992, p. 94

Documento 3: DR.01.02.04-0226, Jornal Hoje em Dia, 20/05/1992, p. 247

DILEG ^{FIS} 229

VEREADORA NEUSA.

SOU SARGENTO PM, E INFELIZMENTE
NÃO POSSO ME IDENTIFICAR.

GOSTARIA IMENSAMENTE QUE A COMISSÃO
DE DIREITOS DA MULHER, E EM ESPECIAL VOCÊ,
AJUDE MESMO A ~~SEU~~ EX SOLDADO ADRIANA
E EX SARGENTO VERA LÚCIA.

SEI QUE, REALMENTE A EX SOLDADO
ADRIANA NÃO TINHA SOSSEGO, POIS ERA CONS-
TANTEMENTE CANTADA POR OFICIAIS.

CERTA VEZ, EU AINDA ERA CABO E
VI QUANDO UM OFICIAL A CONVIDOU PARA
UM PROGRAMA E TENTOU BEIJÁ-LA A FORÇA,
O QUE NÃO FOI ACEITO.

QUANDO ESTE ME VIU, DISSSE: "CABO,
VOCÊ É CEGO, SARGENTO MUDO ENTENDEU?"
SE NÃO QUIZERA SE DAR MAL BICO FECHADO.

FIQUEI REVOLTADO, MAS NÃO PUDE
E NEM POSSO FAZER NADA.

MES PSEUDÔNIMO É:

"O REVOLTADO"

**Documento 4: DR.01.02.04-0226, Carta enviada à
comissão da CPI por policial anônimo, p. 279**

Objetivos

Refletir sobre a questão de igualdade de gênero na sociedade, tendo em vista o papel da mulher e o protagonismo feminino, além de formas para reduzir essas desigualdades, para além de conscientizar os alunos sobre tais questões e como elas nos afetam diretamente e diariamente. O objetivo da atividade consiste em propiciar que o aluno gere uma reflexão autônoma sobre como a ocupação de certos espaços, cargos e funções por mulheres gera incômodo, podendo ocasionar violências contra elas.

Assim, será propiciado ao aluno discussões e materiais que lhe darão condições de construir, pesquisar, conhecer e criticar as formas de representação das mulheres perante o mercado de trabalho, a posição desigual das mulheres na sociedade e na cidade em que residem, levando-os a refletirem sobre o espaço que ocupam e como se dá essa configuração na cidade de Belo Horizonte. Além disso, estimular o senso crítico dos alunos de forma que estes questionem a percepção imposta do papel da mulher na sociedade e na cidade de Belo Horizonte, trazendo isso para a realidade destes. Desta forma, abordar também o conceito de violência, que pode ser compreendido de diversas formas, como retratado por Bourdieu, em seus aspectos simbólicos, físicos e psicológicos (BOURDIEU, 19XX). Pretende-se que, após esse trabalho de reflexão, seja possível pensar e propor formas de resistência e combate ao machismo e à desigualdade de gênero nos ambientes que os alunos ocupam, como a escola, o lar e a cidade em que vivem. É importante que a atividade propicie ao aluno uma noção de pertencimento àquela sociedade de forma que ele se sinta no direito e na obrigação de interferir efetivamente neste contexto, reforçando a ideia de dever de cidadão nos adolescentes.

Procedimentos de ensino

Para o desenvolvimento da nossa atividade, será necessária a organização da sala de aula em formato de roda de conversa antes que se inicie o debate. É importante que os alunos consigam ver e serem vistos pelos seus colegas, o que ajuda na horizontalidade do processo. Assim, iniciar a atividade com a seguinte pergunta:

- Qual profissão você deseja seguir? E quais os perigos que essa profissão pode lhe proporcionar?

Essa pergunta introdutória servirá para gerar a reflexão do que eles esperam do trabalho, e como enxergam as possíveis violências nos cargos que pretendem ocupar e nos possíveis ofícios a serem realizados. Provavelmente, não irão apontar situações que o machismo pode proporcionar. Dado isso, seguimos dando continuidade à linha de raciocínio para a reflexão de como o machismo interfere no ambiente de trabalho. Refletiremos sobre o que esse aluno do ensino médio entende e compreende como “violência” e deixamos em aberto para que esses discutam o tema a partir da indagação:

- O que é violência?

O próximo passo é explicar os conceitos das diferentes formas de violência, exemplificar a violência simbólica como sendo não somente física, mas também psicológica e verbal, atentando para o fato de que a imposição de poder nas relações de trabalho também se configura como uma forma de violência. Destarte apresentar as manchetes de jornais

sobre abuso no ambiente de trabalho (Documentos 01 e 04). A partir da ideia colocada de violência, refletir com os alunos e fomentar a discussão sobre gênero, e sobre o protagonismo feminino propriamente dito. Perguntar o que entendem por gênero, como enxergam o papel da mulher no mercado de trabalho e na sociedade, ao levantar questões como:

- O que é gênero?
- Mulheres e homens têm funções iguais na sociedade?
- Mulheres e homens têm oportunidades iguais na sociedade?
- E no mercado de trabalho?
- Você sabe o que é jornada dupla? Você percebe isso na sua vivência? Conclua algo sobre esse ponto.

Dadas as devidas noções e concepções de gênero, papel e protagonismo da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, devemos iniciar uma reflexão e propiciar indagações mais pessoais sobre como os alunos percebem a relação que as mulheres de seu convívio estabelecem com o mercado de trabalho, assim como quais são as expectativas desses mediante todas as informações apresentadas. Após a discussão, apresentamos demais documentos exemplificando as formas de discriminação das mulheres nos ambientes de trabalho, dadas as questões de desigualdade de gênero explicitadas, correlacionando com o papel e o protagonismo da mulher nos cargos, na sociedade e afins (Documentos 02 e 03). Seguindo a aula, perguntaremos aos alunos:

- Na sua família todas as mulheres trabalham e contribuem com a renda familiar?
- Você acredita que suas colegas de classe devem ter empregos dignos e serem respeitadas no ambiente de trabalho e na sala de aula? / Você acredita que seus colegas de classe

devem ter empregos dignos e que você seja respeitado no ambiente de trabalho e na sala de aula?

Para finalizar a aula, vamos falar sobre personalidades femininas que tiveram forte protagonismo histórico, e que, por vezes, são silenciadas ou ocultadas da história, mesmo tendo relevante papel na ciência, na cultura, na política e na sociedade, de forma geral. Vamos iniciar com a pergunta:

- Quais personalidades femininas vocês têm conhecimento? E o que elas fizeram?

Vamos concluir a aula propondo um trabalho livre em que o aluno escreva sobre a percepção que ele tinha antes da aula e a percepção após a aula, e fechar com a seguinte reflexão:

- Depois dessa aula, qual sua posição sobre as mulheres no ambiente de trabalho? E seu entendimento sobre igualdade de gênero?